

EaD

Em Revista

ABE EAD

Associação Brasileira dos
Estudantes de Educação a Distância

Ano 9 • Edição 47 • Abril/2026

APAGÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Regras do CNE e MEC sobre EAD vão aumentar o caos

USP desenvolve jogo de tabuleiro que ensina finanças a crianças e adolescentes **P. 14**

Plataformas digitais como Matific e TarefaSP impulsionam desempenho de estudantes de SP no Saesp **P. 26**

31º CIAED reunirá especialistas em educação digital em João Pessoa **P. 9**



ABE

**AJUDE A ABE A
DEFENDER A EAD!**

**Faça sua
CARTEIRINHA DE
ESTUDANTE!**

Todos os estudantes
têm direito a pagar
meia entrada,
desconto de 50%
nos ingressos de
shows, cinemas,
teatros, museus
e muito mais!

**BASTA BAIXAR O APP
ABE CARTEIRINHA
DE ESTUDANTE
NA SUA LOJA DE
APLICATIVOS, É
RÁPIDO E FÁCIL!**



Central de Atendimento ao Estudante

 **11 91225-3737**

 **ABEBRASIL**

4 Cotidiano

Mulheres são maioria em São Paulo e já correspondem a 51% da população, aponta Seade

6 Oportunidades

Centro Paula Souza abre concurso com 240 vagas para professores de Etecs e Fatecs em SP

Procuradoria Geral de São Paulo abre 74 vagas de estágio para estudantes com bolsas de até R\$ 1 mil

9 Evento

31º CIAED reunirá especialistas em educação digital em João Pessoa

12 Esporte

Exercícios físicos intensos se mostram mais eficazes que técnicas de relaxamento no tratamento do transtorno do pânico

13 Economia

Desenvolve SP completa 17 anos com mais de R\$ 9 bilhões investidos na economia paulista

14 Cultura

USP desenvolve jogo de tabuleiro que ensina finanças a crianças e adolescentes

16 Matéria de Capa

Apagão de professores no Brasil acende alerta sobre regras de formação docente

22 Saúde

Estresse na adolescência causa alterações duradouras no cérebro e aumenta risco de transtornos, aponta estudo da USP

23 Negócios

Estado de São Paulo ganha quatro Fatecs e uma Etec para ampliar ensino técnico tecnológico e técnico

24 Educação

Alunos do 9º ano em SP tem melhor desempenho em língua portuguesa dos últimos três anos, aponta Saresp

25 Futuro

USP lança novo curso de Engenharia Eletrônica e Sistemas Computacionais com foco em IA e semicondutores

26 Tecnologia

Plataformas digitais como Matific e TarefaSP impulsionam desempenho de estudantes de SP no Saresp

Expediente

Ano 9 - Edição 47
Abril/2026

A **EAD em Revista** é uma publicação mensal do **RHVS Comunicação e Serviços**
+55 11 91247-1996

Esta publicação não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e/ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento de seus autores, não necessariamente a opinião da revista.

Jornalista Responsável

Eduardo Micheletto
MTB 36.610
micheletto.eduardo@gmail.com

Projeto Gráfico e Diagramação

Suzy Suzuki
suzy_suzuki@hotmail.com

Colaboraram nesta edição

ABE-EAD

Contato

eademrevista@gmail.com

Parceria

ABE-EAD

Capa

Foto: ChatGPT

Fontes

Portais UOL, Terra, GOV.BR, Agência SP, Agência Brasil, Gazeta do Povo, G1, R7, Valor Econômico, ABMES, Educa Mais Brasil, Veja, Folha de São Paulo, Estadão, Freepik, Canaltech

Formação de professores em debate

A educação brasileira enfrenta um alerta crescente com o chamado “apagão de professores”. Projeções indicam que o país poderá ter um déficit de até 235 mil docentes na educação básica até 2040, resultado da aposentadoria de profissionais, da evasão nos cursos de licenciatura e da queda no interesse dos jovens pela carreira.

Nesta edição da EAD em Revista, analisamos como as mudanças nas diretrizes das licenciaturas e no marco regulatório da educação a distância reacenderam o debate sobre a formação docente. A Resolução nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação passou a exigir pelo menos 50% de atividades presenciais nos cursos de licenciatura, inclusive na modalidade EAD, o que gerou questionamentos entre universidades e especialistas sobre os impactos na oferta de vagas e na permanência dos estudantes.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que o Brasil ainda enfrenta dificuldades para garantir formação adequada a todos os docentes da educação básica, e que milhares de professores lecionam disciplinas fora de sua área de formação. Ao mesmo tempo, a educação a distância tornou-se uma das principais portas de entrada para a universidade, especialmente para estudantes trabalhadores e moradores de regiões afastadas dos grandes centros.

Mais do que uma discussão regulatória, o debate envolve uma questão estratégica para o país: como ampliar a formação de professores garantindo qualidade e acesso, evitando que novas barreiras reduzam ainda mais o número de futuros docentes em um sistema educacional que já enfrenta escassez de profissionais.

Eduardo Micheletto

Mulheres são maioria em São Paulo e já correspondem a 51% da população, aponta Seade

A população do estado de São Paulo é predominantemente feminina. Segundo os dados mais recentes da Fundação Seade, referentes a 2024, as mulheres representam 51% dos habitantes do estado, totalizando aproximadamente 23,2 milhões de pessoas, enquanto os homens correspondem a 49%.

Evolução histórica

O panorama demográfico do estado revela uma mudança significativa ao longo das últimas décadas. Entre 1940 e 1970, os homens predominavam na população paulista. O equilíbrio entre os sexos foi alcançado em 1980, com 100,01 mulheres para cada 100 homens. Desde então, a predominância feminina vem aumentando gradualmente, chegando ao patamar atual de 51%.

A diferença entre os sexos se intensifica com a idade. Entre menores de 15 anos, os homens ainda supe-



ram as mulheres, reflexo do maior número de nascimentos masculinos. No grupo de 15 a 59 anos, as mulheres passaram a superar numericamente os homens a partir de 1991. Entre pessoas com 60 anos ou mais, a predominância feminina é observada desde 1970 e aumentou progressivamente ao longo do tempo, chegando a 132,5 mulheres para cada 100 homens em 2024, evidenciando a maior longevidade feminina.

Maioria feminina em todas as regiões

Em 1991, apenas duas regiões administrativas (RAs) registravam maioria feminina: a Região Metropolitana de São Paulo (104,9 mulheres por 100 homens) e a RA de Santos (104,2). As demais áreas apresentavam equilíbrio ou leve predominância masculina.

Atualmente, todas as regiões do estado registram mais mulheres do que homens, embora Itapeva e Registro ainda apresentem indicadores próximos do equilíbrio. Entre 1991 e 2024, as maiores variações na participação feminina foram ob-

servadas em Ribeirão Preto, Franca, Campinas, São José dos Campos, Santos e na Região Metropolitana de São Paulo.

Destacam-se a RM São Paulo, que chegou a 111 mulheres para cada 100 homens, e a RA de Santos, que atingiu 111,1, superando a metrópole paulista.

Reflexos e perspectivas

O crescimento da população feminina influencia diversos aspectos sociais e econômicos, incluindo o mercado de trabalho, políticas públicas de saúde, educação e planejamento urbano. A maior longevidade feminina, por exemplo, reforça a necessidade de políticas voltadas ao envelhecimento saudável e à qualidade de vida da população idosa.

A tendência de predominância feminina no estado deve se manter nas próximas décadas, acompanhando mudanças demográficas semelhantes observadas em outras regiões do Brasil e no mundo, onde a expectativa de vida das mulheres continua sendo maior do que a dos homens.



Ricardo Holz

Especialista em administração pública, foi membro da CONAES comissão nacional de avaliação da educação superior e fundador e da ABE associação brasileira dos estudantes de EAD

EAD NA UTI:

O Brasil à Beira de um Apagão de Professores

O Brasil está à beira de um colapso silencioso — e ele começa na sala de aula.

Nas pequenas e médias cidades, nas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, a Educação a Distância não é uma alternativa. É a única ponte possível entre o sonho e a formação docente. Há mais de 30 anos, é por meio dela que milhares de brasileiros conseguem se tornar professores e levar educação onde o Estado historicamente falhou em chegar.

Os dados do INEP são alarmantes: 40,1% dos professores nas séries finais do Ensino Fundamental e 34,2% no Ensino Médio atuam sem a formação adequada. Isso não é estatística — é um diagnóstico de urgência nacional.

Eliminar ou engessar a EaD com um modelo semipresencial rígido é fechar a principal porta de entrada para novos docentes. É, na prática, acelerar o apagão docente que já começou.

Sem flexibilidade, não haverá reposição. Sem reposição, não haverá educação básica de qualidade.

1 – A ruptura com o princípio constitucional da inclusão educacional

A Educação a Distância materializa, na prática, aquilo que a legislação brasileira consagra no papel: o direito universal à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação estabeleceram um compromisso claro com a inclusão. Mas a atual redação da Resolução 04/2024 rompe com esse pacto.

Ao impor exigências presenciais desproporcionais, ela exclui justamente quem mais precisa: o aluno trabalhador, o adulto que retorna aos estudos, a mãe solo, o morador do interior, aquele que nunca teve acesso ao ensino superior tradicional.

Os números não deixam dúvidas.

Em 2026, os primeiros sinais já são devastadores: quedas de 30% a 60% nas matrículas em cursos de licenciatura.

E quem está ficando de fora?

Exatamente o perfil que a EaD sempre acolheu:

- 80% são filhos de pais sem ensino superior
 - 76% possuem renda de até 4,5 salários mínimos
 - 67% trabalham mais de 40 horas semanais
 - 55% têm mais de 31 anos
- A nova regra não apenas dificulta o acesso — ela institucionaliza a exclusão.

Estamos diante de uma dupla perda: menos professores formados e menos justiça social.

2 – A impossibilidade concreta de formar novas turmas

Não se trata apenas de um debate ideológico. Trata-se de matemática básica — e ela não fecha.

A exigência de atividades presenciais obrigatórias por curso inviabiliza a formação de turmas em centenas de polos, especialmente nas pequenas e médias cidades.

Para sustentar uma turma, são necessários entre 20 e 30 alunos por curso. Os dados do INEP mostram que:

- Mais de 60% dos polos não conseguem manter turmas de Pedagogia
- Mais de 90% não sustentam outras licenciaturas

Isso significa o fechamento silencioso de ofertas, o esvaziamento de polos e o fim de oportunidades em regiões inteiras.

A consequência é clara: menos cursos, menos alunos, menos professores formados.

E o Brasil, que já sofre com a escassez, ficará ainda mais vulnerável.

3 – O colapso anunciado da Univesp e do sistema UAB

Se nada for feito, o impacto será devastador também nas maiores e

mais bem-sucedidas políticas públicas de formação docente do país.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo e o sistema da Universidade Aberta do Brasil são responsáveis por levar ensino superior gratuito e de qualidade a milhares de brasileiros, especialmente em regiões onde não há oferta presencial.

Ambos os modelos foram estruturados com base na flexibilidade da EaD. A imposição de cargas presenciais elevadas simplesmente rompe essa lógica operacional.

O resultado será inevitável:

- Redução drástica de vagas
- Encerramento de polos
- Interrupção de cursos em andamento
- Exclusão em massa de estudantes

Estamos falando de descontinuar políticas públicas que funcionam, que geram impacto real e que são essenciais para o futuro da educação básica brasileira.

É o desmonte de um sistema que levou décadas para ser construído.

Conclusão – Revisar é urgente. Insistir no erro é condenar o futuro. A Resolução 04/2024, na forma como está, não corrige distorções — ela cria um problema estrutural de grandes proporções.

Ela reduz o acesso, inviabiliza a formação docente, compromete políticas públicas consolidadas e amplia desigualdades históricas.

Revisar essa resolução não é uma escolha política. É uma necessidade estratégica para o país.

Se o Brasil deseja enfrentar o apagão docente, cumprir as metas educacionais e garantir equidade no acesso ao ensino superior, precisa preservar e fortalecer a Educação a Distância de qualidade.

Pela formação de professores.

Pela inclusão educacional.

Pelo futuro da educação básica.

Pelo Brasil.

É urgente revisar a Resolução 04/2024 do CNE.

Centro Paula Souza abre concurso com **240 vagas para professores** de Etecs e Fatecs em SP

O Centro Paula Souza (CPS) abriu concursos públicos para contratar 240 professores para as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) localizadas no São Paulo. Do total de vagas, 227 são para Etecs distribuídas em 42 municípios, e 13 para Fatecs, em cinco cidades. A medida substitui cargos atualmente ocupados em caráter temporário e integra o plano de fortalecimento da educação técnica e tecnológica no estado.

Segundo Clóvis Dias, presidente do CPS, “o objetivo é contratar educadores que formem profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, mantendo o padrão de excelência já praticado pelas unidades”. O vice-presidente da instituição, Maycon Geres, acrescenta que os candidatos devem ter domínio das disciplinas que irão ministrar e habilidades pedagógicas para engajar os alunos.

Inscrições e requisitos

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, seguindo o calendário específico de cada edital disponível no site do CPS. A taxa de participação é de R\$ 126,79, mas candidatos podem solicitar redução ou isenção conforme regras do edital publicado no Diário Oficial do Estado.

Para atuar nas Etecs, os candidatos precisam ter licenciatura, bacharelado ou nível superior em tecnologia compatível com a área de atuação. Já para as Fatecs, é exigido nível de especialização lato sensu e experiência profissional comprovada na área. Para disciplinas de língua estrangeira, é necessário certificado internacional de proficiência.



Matheus Avelar

Etapas do concurso

O processo seletivo para Etecs inclui prova objetiva de múltipla escolha, avaliação de métodos pedagógicos por meio de aula-teste e análise de títulos acadêmicos. Para Fatecs, além da prova de conhecimentos específicos, o candidato passa pelo exame didático e análise de títulos, incluindo formação acadêmica, publicações e experiência profissional.

Candidatos pretos, pardos ou indígenas podem participar do Sistema de Pontuação Diferenciada, conforme o Decreto nº 63.979/2018.

Remuneração

Professores das Etecs terão remuneração inicial de R\$ 22,47 por hora-aula, acrescida de 30% de hora-atividade, com carga máxima de 34 horas-aula semanais. Já os

docentes das Fatecs recebem R\$ 37,99 por hora-aula, com adicional de 50% de hora-atividade e máxima de 29 horas semanais.

As contratações estão previstas para 2026, para aprovados em certames homologados até 3 de julho, respeitando restrições do período eleitoral. O concurso terá validade de dois anos, podendo ser renovado por igual período.

Distribuição das vagas

Entre as Etecs, São Paulo concentra o maior número de vagas (22), seguida por Itapetininga (26) e Sorocaba (3). Nas Fatecs, Franco da Rocha oferece sete oportunidades, enquanto Marília tem três e as demais cidades uma vaga cada.

Outras informações e atualização sobre novos editais podem ser conferidas na página de Concursos Públicos do Centro Paula Souza.

Procuradoria Geral de SP abre **74 vagas de estágio para estudantes** de Etecs e Fatecs com bolsas de até R\$ 1 mil

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo abriu processo seletivo para 74 vagas de estágio destinadas a estudantes das escolas técnicas e faculdades de tecnologia da capital e da região metropolitana. O edital foi publicado na última quarta-feira (11) e prevê bolsas de até R\$ 1 mil para os selecionados.

A iniciativa será realizada em parceria com o Centro Paula Souza, responsável pela gestão das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs).

Vagas para ensino técnico e superior

Do total de oportunidades, 38 vagas são destinadas a estudantes do ensino médio técnico e outras 36 para alunos de nível superior. As oportunidades abrangem diferentes áreas de formação, incluindo Administração, Contabilidade, Serviços Jurídicos, Banco de Dados,

Ciência de Dados, Design de Mídias Digitais, Gestão de Tecnologia da Informação, Recursos Humanos e Secretariado.

A jornada de estágio será de 20 horas semanais, com até quatro horas diárias. As atividades poderão ocorrer em regime híbrido, com parte presencial e parte remota, conforme a necessidade das unidades da instituição.

Bolsa e benefícios

Os estudantes selecionados receberão bolsa-auxílio de R\$ 800 mensais para nível médio ou técnico e de R\$ 1.000 para nível superior. Além disso, o programa oferece auxílio-transporte de R\$ 10,40 por dia efetivamente estagiado.

Segundo o edital, podem participar estudantes regularmente matriculados nas unidades do Centro Paula Souza localizadas na capital paulista e na região metropolitana.

Para se candidatar às vagas de nível técnico, é necessário estar matriculado a partir do primeiro semestre do curso. Já para o nível superior, o estudante precisa estar cursando pelo menos o terceiro semestre da graduação.

Processo seletivo

O processo seletivo terá validade de até seis meses após a divulgação da classificação final. Durante esse período, os candidatos aprovados poderão ser convocados conforme a abertura de vagas nas unidades da Procuradoria.

A iniciativa busca ampliar as oportunidades de formação prática para estudantes do ensino técnico e tecnológico, além de aproximar os alunos do funcionamento da administração pública estadual no São Paulo.

Mais informações sobre inscrições e critérios de seleção podem ser consultadas no site oficial da Procuradoria Geral do Estado.

Divulgação



Elvis Presley Ramos Miranda da Conceição é professor nas redes estadual e municipal de São Paulo, especialista em Ensino de Matemática pelo IFBA e estudante de Ciência de Dados na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), onde também atua como representante estudantil. Desenvolve projetos que integram educação, tecnologia e análise de dados



Tempo, Propriedade e Existência: Uma Reflexão Filosófica sobre o que Realmente Possuímos

A experiência cotidiana frequentemente desperta reflexões profundas sobre conceitos aparentemente simples, como propriedade, dinheiro e valor. Ao observarmos com maior rigor filosófico essas ideias, percebemos que muitas delas são construções sociais destinadas a organizar a vida humana.

Este texto discute a natureza transitória da propriedade, o caráter simbólico do dinheiro e a centralidade do tempo como o recurso mais escasso da existência humana. Por fim, propõe-se que, embora a propriedade privada seja legítima dentro da vida individual, a humanidade também possui o dever coletivo de preservar e produzir bens permanentes de uso comum para as gerações futuras.

Tempo, Propriedade e Existência

Há momentos simples da vida cotidiana — como caminhar sob a chuva em silêncio — em que certas ideias surgem com uma clareza quase matemática. Nessas ocasiões, a experiência comum parece revelar algo fundamental sobre a condição humana: aquilo que chamamos de propriedade talvez não seja uma posse absoluta, mas apenas um direito temporário de uso dentro do intervalo limitado de nossa existência.

Na linguagem cotidiana, utilizamos expressões como “minha casa”, “meu dinheiro” ou “meu tempo”. Contudo, quando essas afirmações são examinadas com maior rigor filosófico, percebe-se que elas descrevem menos uma posse definitiva e mais uma relação transitória entre uma pessoa e determinados recursos.

A casa existia antes de seu proprietário atual e provavelmente continuará existindo depois dele. O dinheiro circula continuamente

entre diferentes pessoas e instituições. Até mesmo o corpo humano está submetido às leis naturais do tempo e da transformação. Nesse sentido, a ideia de propriedade revela-se como uma instituição social criada para organizar o uso das coisas dentro de uma comunidade.

Isso não significa que a propriedade seja uma ilusão ou que não tenha importância prática. Pelo contrário, ela desempenha um papel essencial na organização das sociedades modernas, permitindo estabilidade jurídica, coordenação econômica e planejamento de longo prazo.

Essa percepção torna-se ainda mais clara quando analisamos o próprio conceito de dinheiro. Historicamente, o dinheiro surgiu como uma solução para facilitar trocas econômicas entre indivíduos e grupos sociais. Ao longo do tempo, assumiu diversas formas: metais preciosos, moedas, papel-moeda e registros digitais.

O dinheiro pode ser compreendido como uma tecnologia simbólica de troca. Seu poder não deriva da matéria de que é feito, mas do acordo social que sustenta sua validade.

Quando colocamos lado a lado essas duas ideias — a natureza social da propriedade e o caráter simbólico do dinheiro — surge uma conclusão importante: aquilo que realmente possuímos de maneira efetiva não são objetos nem números em contas bancárias.

O que possuímos é tempo de vida e a capacidade de agir dentro dele.

A filosofia existencial enfatiza que a condição humana é marcada pela finitude. A vida ocorre sempre dentro de um horizonte temporal limitado. Isso significa que qualquer forma de posse também será, necessariamente, provisória.

Dinheiro pode ser ganho ou perdido. Recursos materiais podem ser

produzidos ou substituídos. O tempo, porém, possui uma característica única: não pode ser armazenado nem recuperado.

Cada decisão humana — trabalhar, estudar, descansar, criar ou contemplar — representa uma forma de utilizar o tempo de vida disponível.

Conclusão

Reconhecer a natureza temporária da existência não significa negar a legitimidade da propriedade. Indivíduos podem possuir bens, propriedades e recursos enquanto vivem, utilizando-os para organizar sua existência, produzir riqueza e desenvolver projetos.

Entretanto, essa compreensão também sugere uma responsabilidade maior. Se cada geração utiliza temporariamente os recursos do mundo, ela também se torna responsável por transmitir algo significativo às gerações futuras.

Por essa razão, além da propriedade privada individual, existe um patrimônio que deve permanecer como herança comum da humanidade.

Monumentos históricos, bibliotecas, universidades, áreas naturais preservadas, parques públicos, linguagens e sistemas de conhecimento representam expressões duradouras do potencial humano.

Cabe não apenas aos indivíduos, mas também aos Estados e às nações preservar e ampliar esse patrimônio comum. Proteger a natureza, conservar a memória histórica e investir em conhecimento, ciência e tecnologia significa garantir que algo do esforço humano permaneça acessível às gerações futuras.

Assim, embora cada vida individual seja breve, o legado coletivo permite que a humanidade construa algo que ultrapasse o tempo de uma única geração.

31º CIAED reunirá especialistas em educação digital em João Pessoa

A cidade de João Pessoa sediará, entre os dias 27 e 30 de abril de 2026, o 31º Congresso Internacional de Educação a Distância (CIAED), promovido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Com o tema *“Educação Digital, Híbrida e a Distância em Transformação”*, o encontro reunirá pesquisadores, gestores educacionais, estudantes, empresas de tecnologia e especialistas do Brasil e do exterior para discutir tendências, desafios e inovações na educação mediada por tecnologia.

Reconhecido como um dos principais fóruns de debate sobre educação digital no país, o CIAED costuma reunir mais de 2 mil participantes por edição. O evento promove a integração entre universidades, instituições de ensino, empresas de tecnologia educacional e órgãos reguladores, fortalecendo o diálogo sobre políticas públicas, inovação pedagógica e os impactos da transformação digital no ensino.



A programação contará com mais de 20 formatos de atividades, incluindo plenárias com especialistas nacionais e internacionais, debates com conferencistas convidados, apresentações de trabalhos científicos, mesas-redondas, simpósios de teses e dissertações, além de palestras curtas e relatos de experiências educacionais. Também estão previstas atividades práticas como minicursos, workshops e oficinas, voltadas à aplicação de metodologias ativas e ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem.

Outro destaque do congresso será a Expo-EaD, espaço dedicado à apresentação de soluções tecnológicas, plataformas educacionais e projetos inovadores desenvolvidos por instituições, startups e empresas do setor. O evento também contará com rodadas de negócios, demonstrações de tecnologias educacionais, lançamento de livros e atividades interativas, como hackathons, voltadas ao desenvolvimento de novas ideias e soluções para o ensino digital.

O congresso também desempenha papel relevante no debate sobre o novo marco regulatório da educação a distância no Brasil, envolvendo discussões com representantes de órgãos como o Ministério

da Educação do Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e o Conselho Nacional de Educação. Entre os temas em pauta estão o uso de inteligência artificial na educação, acreditação de cursos, segurança de dados de estudantes e a expansão de modelos híbridos de aprendizagem.

A chamada para submissão de atividades foi aberta em setembro de 2025 e recebeu propostas de pesquisadores e profissionais interessados em apresentar estudos, experiências e projetos relacionados à educação digital. O evento também concederá os Prêmios ABED, que reconhecem pesquisas científicas, práticas inovadoras e contribuições relevantes para o avanço da educação a distância.

Além de fortalecer o intercâmbio acadêmico, o CIAED contribui para a formação de uma rede colaborativa entre pesquisadores, instituições e empresas, ampliando o debate sobre inovação educacional e consolidando o Brasil como referência em educação digital na América Latina.

Mais informações sobre inscrições e programação podem ser obtidas pelo e-mail atendimento3@abed.org.br



Fotos: Divulgação



Antonio Marcos Neves Esteca é um gestor e executivo do ensino superior, com forte atuação em gestão educacional e inovação. Veja mini currículo no final da matéria.



O mito do ENADE: uma régua quebrada para medir a qualidade

Todos os anos, o ciclo se repete. Sai a nota do ENADE, rankings são divulgados e instituições celebram ou lamentam seus conceitos. Mas é preciso fazer uma pergunta incômoda: o ENADE realmente mede a qualidade do ensino superior no Brasil?

A resposta não é simples — e talvez seja mais desconfortável do que gostaríamos. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado em 2018 a pedido do Ministério da Educação (MEC) e intitulado Rethinking Quality Assurance for Higher Education in Brazil, lança dúvidas consistentes sobre a eficácia do modelo brasileiro de avaliação.

A análise é contundente. Segundo o estudo, o ENADE possui objetivos ambiciosos demais para o seu formato atual, falha em comprovar a qualidade das graduações e oferece pouco retorno prático para o aprimoramento do ensino. Mesmo após algumas mudanças implementadas nos últimos anos, muitas das críticas levantadas no relatório permanecem atuais.

Este artigo não pretende atacar o exame por mera opinião. O objetivo é trazer à discussão um diagnóstico técnico que, apesar de relevante, recebeu pouca atenção no debate público sobre educação superior.

Quando o aluno não tem motivo para se esforçar

Um dos primeiros pontos levantados pela OCDE é a baixa motivação dos estudantes para realizar a prova.

O ENADE tem alto impacto para

as instituições — afinal, seus resultados influenciam diretamente indicadores oficiais e rankings. Para os alunos, porém, o impacto é praticamente nulo. Embora o comparecimento seja obrigatório para a conclusão do curso, a nota obtida não interfere no histórico escolar.

Na prática, cria-se uma distorção: um exame que decide o destino institucional de cursos e faculdades depende do esforço de estudantes que não têm qualquer incentivo real para demonstrar seu melhor desempenho.

Nos últimos anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tentou aumentar o engajamento com iniciativas como a Prova Nacional Docente, que busca aproveitar os resultados para processos seletivos de professores. Ainda assim, trata-se de um passo tímido diante de um problema estrutural.

Um diagnóstico que pouco explica

Avaliações educacionais deveriam servir para orientar melhorias. Identificar lacunas, apontar caminhos e ajudar professores e gestores a aprimorar a formação oferecida aos estudantes.

Nesse ponto, o ENADE também deixa a desejar.

O relatório da OCDE afirma que o exame não gera informações suficientemente detalhadas para orientar mudanças pedagógicas nas instituições. Com um número limitado de questões específicas por área, a prova não consegue indicar com precisão onde estão as deficiências de formação.

Um curso de Direito, por exem-

plo, pode apresentar desempenho fraco no exame, mas o resultado não esclarece se o problema está em Direito Constitucional, Penal ou Administrativo. O mesmo ocorre em áreas técnicas, como engenharia.

Sem esse diagnóstico mais refinado, o ENADE funciona como um instrumento contundente: classifica cursos em uma escala de desempenho, mas oferece poucas pistas sobre como melhorar.

A lógica da comparação — e não da competência

Outro ponto crítico é o modelo estatístico adotado pelo exame.

Diferentemente de avaliações que estabelecem um nível mínimo de competência — como ocorre no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) —, o ENADE opera por comparação entre os estudantes de um mesmo ciclo.

Em vez de avaliar se o aluno domina determinado conjunto de conhecimentos essenciais, o exame mede apenas seu desempenho relativo em relação aos demais participantes.

Isso significa que um curso pode alcançar nota máxima simplesmente porque seus alunos tiveram desempenho um pouco melhor do que a média nacional naquele ano — e não necessariamente porque demonstraram excelência acadêmica.

O inverso também pode acontecer: bons estudantes podem receber conceitos medianos caso o nível geral do exame seja mais elevado em determinado ciclo.

Sem um padrão mínimo de proficiência claramente definido

para cada área profissional, o sistema transforma o ENADE em um ranking relativo, incapaz de garantir à sociedade que determinado diploma corresponde a um nível mínimo de competência.

O peso da origem dos estudantes

Existe ainda um fator frequentemente ignorado nas comparações do exame: a desigualdade de origem dos estudantes.

Alunos que ingressam no ensino superior com formação básica sólida — geralmente oriundos de contextos socioeconômicos privilegiados — tendem a apresentar melhores resultados acadêmicos ao longo do curso.

O ENADE, entretanto, não consegue medir com precisão o quanto uma instituição efetivamente contribuiu para o desenvolvimento do aluno.

O indicador que tenta fazer essa análise, o chamado IDD, também é criticado pela OCDE, que aponta fragilidades metodológicas em sua construção.

Na prática, o sistema tende a premiar instituições que selecionam estudantes já bem preparados e a penalizar aquelas que recebem alunos com lacunas educacionais — muitas vezes oriundos de contextos sociais mais vulneráveis.

Quando as avaliações se contradizem

Talvez a contradição mais evidente do modelo brasileiro esteja na diferença entre os resultados do ENADE e as avaliações presenciais realizadas pelo próprio governo.

O sistema do MEC prevê visitas de especialistas às instituições para analisar infraestrutura, corpo docente e organização pedagógica. Nessas avaliações in loco, muitos cursos recebem conceitos elevados.

O relatório da OCDE observa, porém, que não é raro encontrar programas com boas avaliações presenciais e desempenho fraco nos indicadores baseados no ENADE.

Como explicar que uma insti-

tuição seja considerada excelente em infraestrutura e corpo docente, mas apareça mal classificada nos rankings?

Uma possível resposta é que as avaliações medem coisas diferentes. Enquanto a visita técnica analisa as condições de ensino oferecidas pela instituição, o ENADE capta — ainda que indiretamente — o repertório educacional prévio e o capital cultural dos estudantes.

Uma régua que precisa ser revista

Nada disso significa que o ENADE deva ser descartado. Avaliar a qualidade da educação superior é uma necessidade inegociável para qualquer país que pretenda fortalecer sua formação acadêmica.

Mas é legítimo questionar se o modelo atual cumpre essa função de forma eficiente.

O próprio relatório da OCDE sugere que um sistema mais robusto deveria combinar diferentes elementos: maior responsabilização dos estudantes pelo desempenho, padrões mínimos claros de competência profissional, diagnósticos pedagógicos mais detalhados, métricas confiáveis de valor agregado e maior coerência entre os diferentes instrumentos de avaliação.

Enquanto o ENADE permanecer funcionando essencialmente como um ranking comparativo entre realidades educacionais profundamente desiguais, o risco é que ele continue servindo mais para estigmatizar instituições do que para melhorar efetivamente a qualidade da formação superior no país.

O Brasil precisa de instrumentos de avaliação que façam mais do que classificar cursos. Precisa de ferramentas capazes de revelar problemas reais, orientar soluções e garantir à sociedade que a formação universitária entregue ao estudante corresponde, de fato, às competências exigidas pela profissão.

A pergunta que permanece é simples — e necessária: estamos medindo qualidade ou apenas comparando desigualdades?



Mini currículo

Antonio Marcos Neves Esteca é graduado e mestre em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), especialista em Gestão de Negócios pelo IBMEC e doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Atua no ensino superior desde 2013, com experiência em docência e gestão estratégica e tecnológica no setor.

É avaliador institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e acompanha de perto as transformações regulatórias da educação superior no Brasil. No ambiente digital, figura entre os perfis mais influentes do mundo no LinkedIn na área de Educação Superior.

Atualmente é CEO e Diretor-Geral da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), da Faculdade Metropolitana de Franca (FAMEF) e da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE), além de atuar em outros segmentos de negócios. Sua trajetória combina expertise em tecnologia, gestão universitária e inovação educacional.

Exercícios físicos intensos se mostram mais eficazes que técnicas de relaxamento no tratamento do transtorno do pânico

Unsplash



Um estudo do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP revela que atividades físicas breves e intensas podem ser mais eficazes do que técnicas tradicionais de relaxamento para reduzir a gravidade do transtorno do pânico. A pesquisa demonstra que exercícios que provocam sensações corporais semelhantes a um ataque de pânico ajudam o paciente a criar memórias de enfrentamento, diminuindo o medo constante das crises.

Compreendendo o transtorno do pânico

Segundo o psiquiatra Alan Campos Luciano, do instituto, o transtorno do pânico vai além das crises isoladas. “A crise de pânico é caracterizada por um início abrupto, com pico em cerca de dez minutos e duração média de 30 minutos. Inclui sintomas como coração acelerado, sufocamento, formigamento e medo de perder o controle ou morrer. O transtorno do pânico envolve múltiplas crises, muitas vezes sem gatilho específico, e o medo constante de novas crises”, explica.

Essas crises criam um ciclo de retroalimentação, em que a pessoa desenvolve hipervigilância sobre sinais internos do corpo (como batimentos cardíacos e respiração), interpreta-os como perigosos e aumenta a ansiedade, intensificando os sintomas físicos.

Por que a atividade física ajuda

O estudo destaca que a exposição a exercícios que provocam sensações corporais semelhantes a um ataque de pânico — como subida de escadas, corrida ou atividades intensas — permite ao paciente criar memórias emocionais de que essas sensações não são ameaçadoras. “A grande novidade é tornar essa exposição interoceptiva mais acessível e replicável por meio da atividade física, não apenas em consultórios”, afirma Luciano.

A abordagem, chamada de exposição interoceptiva, ajuda o cérebro a diferenciar sinais físicos normais daquelas que indicam perigo real, reduzindo o ciclo de ansiedade e a recorrência das crises.

Importância do tratamento

Luciano alerta que, sem tratamento adequado, mais da metade dos casos tende a se cronificar, com novas crises ao longo da vida. “O diagnóstico correto e a escolha do tratamento — psicoterapia, exposição com exercícios ou medicação — são essenciais. Cada paciente precisa de avaliação individualizada para definir o melhor caminho”, conclui.

O estudo reforça a importância de integrar atividade física estruturada no manejo do transtorno do pânico, transformando movimentos cotidianos em ferramentas terapêuticas.

Desenvolve SP completa 17 anos com mais de R\$ 9 bilhões investidos na economia paulista

A agência de fomento Desenvolve SP completou 17 anos com mais de R\$ 9 bilhões investidos na economia do Estado de São Paulo desde 2009. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, a agência amplia o acesso ao crédito para empresas e prefeituras, estimulando investimentos, empregos e desenvolvimento regional.

Somente na gestão do governador Tarcísio de Freitas, foram destinados mais de R\$ 3,3 bilhões a projetos produtivos. Os financiamentos atendem principalmente micro, pequenas e médias empresas e prefeituras, já alcançando os 645 municípios paulistas com iniciativas de modernização, inovação, sustentabilidade e infraestrutura urbana.

Crédito para empresas e prefeituras

Desde sua criação, a Desenvolve SP tem se consolidado como parceira estratégica de empreendedores e gestores públicos que buscam financiamento para ampliar negócios ou implementar melhorias estruturais.

Entre os projetos financiados estão a compra de máquinas e equipamentos, expansão de fábricas, implantação de novas unidades industriais, modernização tecnológica e iniciativas de inovação e sustentabilidade. A instituição também atuou como suporte financeiro em momentos críticos, como durante a pandemia de COVID-19, quando muitas empresas precisaram de capital para manter suas atividades.

Além do setor empresarial, as prefeituras paulistas também têm acesso a linhas de crédito voltadas à infraestrutura urbana, permitindo a realização de obras que impactam diretamente na qualidade de vida da população.

Novas linhas e incentivo a setores estratégicos

Nos últimos anos, a agência ampliou o portfólio de financiamentos com iniciativas direcionadas a públicos e setores específicos. Entre elas está o programa Desenvolve Mulher, criado para incentivar o empreendedorismo feminino.

No agronegócio, foram lançadas linhas como Agroindústria e Agromáquinas, voltadas à modernização da produção rural, além do programa Irriga+, que busca mitigar os efeitos da estiagem e estimular a diversificação de culturas.

Outra iniciativa recente são as Jornadas de Crédito, eventos realizados em diversas regiões do estado para orientar empresários e produtores rurais sobre as oportunidades de financiamento disponíveis.



Divulgação/Governo de SP

Condições diferenciadas de financiamento

Um dos principais diferenciais da Desenvolve SP é oferecer condições de crédito mais vantajosas em comparação às praticadas no mercado financeiro tradicional. As linhas contam com taxas de juros competitivas, prazos mais longos para pagamento e períodos de carência, permitindo que os investimentos comecem a gerar retorno antes do início da quitação do financiamento.

A agência também facilita o acesso ao crédito por meio da contratação de fundos garantidores, alternativa para empresários que não possuem garantias reais suficientes para apresentar nas operações financeiras.

Investimentos em inovação e sustentabilidade

Além dos financiamentos diretos, a Desenvolve SP também investe em fundos estruturados voltados ao fortalecimento de setores estratégicos da economia. A instituição participa de fundos de investimento em participações (FIPs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), muitas vezes como investidora-âncora.

Somente na atual gestão estadual, foram mais de R\$ 600 milhões destinados a 14 veículos de investimento com foco em inovação, tecnologia e projetos alinhados às práticas de sustentabilidade.

Ao completar 17 anos de atuação, a Desenvolve SP reforça seu papel como instrumento de estímulo ao desenvolvimento econômico do estado, aproximando o crédito de empreendedores e municípios que buscam expandir atividades, inovar e gerar oportunidades.

Empresários interessados podem simular e solicitar financiamento diretamente pelo site oficial da instituição.

USP desenvolve jogo de tabuleiro que ensina finanças a crianças e adolescentes



A educação financeira nas escolas brasileiras ganha um aliado inovador e lúdico com o jogo de tabuleiro Krystalion, criado por Patrícia de Oliveira Garcia, pesquisadora da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo, como parte de sua tese de doutorado. O projeto combina narrativas de ficção e estratégias contábeis para preparar estudantes para os desafios econômicos da vida real, antecipando a obrigatoriedade de ensino de finanças no Novo Ensino Médio, prevista para 2027.

No jogo, os participantes assumem o papel de sobreviventes em um planeta dependente da energia de cristais. Eles precisam gerir recursos com parcimônia, equilibrando investimentos, poupança, gastos e decisões estratégicas para garantir a sustentabilidade

do ecossistema. Mais do que ensinar matemática financeira, o Krystalion trabalha valores como responsabilidade ambiental, democracia e planejamento coletivo.

Aprendizado lúdico e engajamento

Segundo Patrícia, o diferencial do Krystalion é humanizar a contabilidade, levando conceitos que normalmente ficam restritos ao ambiente corporativo para o cotidiano de crianças e adolescentes. Testes qualitativos com estudantes indicaram uma taxa de aprovação de 98,5%, mesmo sem melhora imediata em matemática pura. “Os alunos perceberam a lógica do dinheiro e a importância do investimento, entendendo que ‘a vida não é um morango’”, comentou a pesquisadora.

A ideia surgiu diante da falta de educação financeira básica entre jovens e adultos, que impacta não apenas o uso do crédito, mas também a compreensão crítica sobre notícias econômicas, tributos e gestão de recursos. “A contabilidade oferece conceitos essenciais sobre o fluxo do dinheiro, mas na prática costuma focar apenas no universo empresarial. Queríamos trazer isso para a vida real”, explica Patrícia.

Estrutura do jogo e embasamento acadêmico

O Krystalion combina teoria contábil, design de jogos e métodos de aprendizagem baseados em interação social, inspirados em Piaget e Vygotsky. Durante a partida, os jogadores tomam decisões ativamente sobre empréstimos, investimentos e trade-offs, experimentando as consequências de suas escolhas em tempo real. O jogo também inclui conceitos de juros, aposentadoria, inflação, busca por conhecimento e sustentabilidade, tornando o aprendizado concreto e prático.

“A ludicidade do tabuleiro permite que conceitos complexos se tornem acessíveis. É uma alternativa ao mundo digital, que muitas vezes domina o tempo e a atenção dos jovens”, acrescenta a pesquisadora.

Impacto social e distribuição futura

A narrativa do jogo se passa no planeta Krystalion, onde os jogadores precisam extrair cristais de energia sem repetir os erros do passado, estimulando planejamento e consciência coletiva. Diferente de jogos passivos, cada decisão influencia diretamente o resultado final, reforçando habilidades estratégicas e financeiras.

A tese de Patrícia foi unanimemente indicada para o prêmio de Tese Destaque devido à inovação



e potencial de impacto social. O projeto, desenvolvido com recursos próprios, ainda não está disponível comercialmente, mas a pesquisadora busca parcerias com editoras, empresas do setor educacional e secretarias de educação para levar o Krystalion às escolas públicas. O objetivo é criar uma ferramenta acessível que una rigor científico e diversão, transformando conceitos contábeis em aprendizado prático para jovens de todo o país.

Perspectivas

O Krystalion representa uma aposta no ensino ativo e na educação financeira preventiva, preparando estudantes para decisões econômicas conscientes e fortalecendo competências essenciais para a vida adulta. Ao integrar ficção, estratégia e contabilidade, a ferramenta pode se tornar referência para programas de educação financeira no Brasil e inspirar outras iniciativas que unam ciência e ludicidade.

Fotos: Divulgação/Governo de SP



Apagão de professores no Brasil acende alerta sobre regras da formação docente

Mudanças nas diretrizes das licenciaturas e no marco regulatório da educação a distância provocam debate no Conselho Nacional de Educação e podem reduzir a formação de novos docentes, afetando universidades e escolas em todo o país.



Por Eduardo Micheletto

O Brasil vive um momento de alerta na formação de professores. Especialistas, universidades e entidades educacionais discutem os impactos das mudanças recentes nas regras das licenciaturas e no modelo de ensino superior a distância, que podem agravar o chamado “apagão de professores” nas próximas décadas.

Estudos do setor educacional indicam que o país poderá enfrentar um déficit de até 235 mil docentes na educação básica até 2040, resultado da combinação entre aposentadoria de profissionais, abandono da carreira e queda no interesse dos jovens pelos cursos de licenciatura.

O problema ocorre justamente em um momento de mudança nas diretrizes de formação docente. Em 2024, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº 4/2024 do CNE, que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais das licenciaturas e passou a exigir mínimo de 50% de atividades presenciais nos cursos de formação de professores, mesmo quando ofertados na modalidade de educação a distância.

A medida gerou forte reação no setor educacional. Instituições de ensino superior argumentam que a exigência não foi acompanhada de evidências científicas que demonstrem melhora direta na qualidade da formação docente e que a regra pode reduzir o acesso à graduação, especialmente em regiões onde o ensino a distância é a principal porta de entrada para a universidade.

Debate sobre redução da presencialidade

Diante das críticas e das dificuldades de implementação, o próprio Conselho Nacional de Educação passou a discutir ajustes na norma. Entre as propostas em análise está a redução da exigência mínima de presencialidade para 40% ou até 30% da carga horária dos cursos de licenciatura.

A revisão ocorre paralelamente à implementação do novo marco regulatório da educação a distância, que busca reorganizar as regras do ensino superior digital no país.

Especialistas afirmam que a tentativa de equilibrar qualidade e acesso é necessária para evitar efeitos colaterais na formação docente.

Impactos nas universidades

Um dos principais reflexos das novas regras já aparece no sistema universitário. Instituições públicas e privadas relatam dificuldades para manter cursos de licenciatura com a nova exigência de presencialidade.

Programas que ampliaram o acesso ao ensino superior no interior do país, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), enfrentam desafios para adequar seus modelos de ensino à nova regra.

Essas iniciativas foram criadas justamente para levar a formação docente a cidades sem universidades presenciais. A exigência de maior carga presencial pode limitar a oferta de vagas ou até provocar o fechamento de cursos em determinadas regiões.

Nas instituições privadas, o cenário também preo-

cupa. Muitas faculdades que ofertavam licenciaturas majoritariamente online passaram a reavaliar turmas e polos educacionais, já que a ampliação das atividades presenciais exige investimento em infraestrutura física e deslocamento de estudantes.

Evasão e desinteresse pela carreira

Outro fator que agrava o cenário é a baixa atratividade da carreira docente. Dados do setor indicam que 58% dos estudantes de licenciatura abandonam o curso antes da conclusão, um índice considerado alto para a formação de professores.

Ao mesmo tempo, pesquisas internacionais mostram queda no interesse dos jovens pela profissão. A proporção de estudantes de 15 anos que desejam ser professores caiu de 7,5% para apenas 2,4% entre 2006 e 2018, segundo levantamento do Pisa, da OCDE.

Além disso, o envelhecimento da categoria agrava a situação. O número de professores com mais de 50 anos cresceu significativamente nas últimas décadas, indicando que muitos profissionais deverão se aposentar nos próximos anos sem reposição suficiente no sistema educacional.

Consequências para alunos e escolas

Se o ritmo atual de formação de docentes continuar em queda, especialistas alertam para impactos diretos na qualidade da educação.

Entre os principais efeitos estão:

- aumento da contratação de professores temporários ou sem formação específica;
- maior número de disciplinas ministradas por profissionais fora da área de formação;
- redução da oferta de aulas em algumas disciplinas, especialmente ciências e matemática;
- sobrecarga de professores já em atividade.

O problema tende a ser mais grave em cidades do interior e regiões afastadas dos grandes centros, onde o ensino a distância se tornou a principal via de acesso à formação docente.

Desafio para a política educacional

Diante desse cenário, o governo federal e o setor educacional discutem novas políticas para estimular a formação de professores. Programas de incentivo à docência e bolsas para estudantes de licenciatura têm sido anunciados como parte de uma estratégia para evitar a escassez de profissionais nas próximas décadas.

Enquanto o debate sobre a revisão das diretrizes curriculares continua no Conselho Nacional de Educação, especialistas defendem que qualquer mudança nas regras deve considerar não apenas a qualidade da formação, mas também o acesso dos estudantes à universidade e a necessidade urgente de ampliar o número de professores no país.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EXIGE QUALIDADE, NÃO RIGIDEZ NA PRESENCIALIDADE

O debate sobre a formação de professores no Brasil voltou ao centro das discussões educacionais após a aprovação da Resolução nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu a obrigatoriedade de pelo menos 50% de atividades presenciais nos cursos de licenciatura. A medida parece ter sido motivada por uma preocupação legítima com a qualidade da formação docente. No entanto, a discussão revela um ponto essencial: qualidade educacional não se constrói simplesmente por decreto ou pela definição de percentuais rígidos de presencialidade.

Na avaliação de João Mattar, a literatura científica internacional não apresenta evidências de que a imposição de um percentual fixo de aulas presenciais, por si só, garanta melhor formação de professores. O que realmente determina a qualidade de um curso são fatores como a consistência do

projeto pedagógico, a mediação do professor, o uso adequado das tecnologias educacionais, a integração entre teoria e prática e a qualidade do estágio supervisionado. Em diversos países, modelos de ensino online ou híbrido já demonstraram resultados equivalentes — e em alguns casos até superiores — aos formatos exclusivamente presenciais.

Mais do que uma discussão teórica, a exigência de 50% de presencialidade já começa a produzir efeitos



João Mattar

Presidente ABED / Pesquisador Produtividade CNPq / Professor PUC-SP

“ O que realmente determina a qualidade de um curso são fatores como a consistência do projeto pedagógico, a mediação do professor, o uso adequado das tecnologias educacionais, a integração entre teoria e prática e a qualidade do estágio supervisionado. ”

”

concretos no sistema de formação docente brasileiro. Muitas instituições que ofereciam licenciaturas na modalidade a distância — especialmente voltadas a estudantes trabalhadores ou a regiões com menor oferta de ensino superior — tiveram que reduzir vagas ou reformular seus cursos. Esse movimento ocorre justamente em um momento em que o país já enfrenta dificuldades significativas para formar novos professores, principalmente em áreas estratégicas como matemática, física, química e biologia.

Ao restringir modelos mais flexíveis de formação, o Brasil corre o risco de ampliar ainda mais o chamado “apagão de professores”, sobretudo em cidades do interior e regiões afastadas dos grandes centros, onde a educação a distância muitas vezes representa a única possibilidade de acesso ao ensino superior.

Diante desse cenário, a discussão em andamento no Conselho Nacional de Educação sobre a possibilidade de reduzir a obrigatoriedade de presencialidade para 40% ou até 30% pode representar um passo importante para corrigir distorções da norma atual. Uma flexibilização permitiria que as instituições desenvolvessem modelos pedagógicos mais adequados às realidades regionais e ao perfil dos estudantes.

O ponto central, portanto, não deveria ser a fixação de um percentual rígido de presencialidade, mas a garantia efetiva de qualidade acadêmica. Isso passa por critérios claros de avaliação, acompanhamento consistente da formação prática e uso pedagógico qualificado das tecnologias digitais.

Nesse contexto, a educação híbrida e a educação a distância podem desempenhar um papel estratégico para ampliar o acesso à formação docente sem comprometer a qualidade do ensino. A própria Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) defende que as licenciaturas possam voltar a ser ofertadas também na modalidade a distância, e não apenas em formato semipresencial.

O futuro da formação de professores no Brasil depende menos de regras rígidas e mais de políticas educacionais capazes de equilibrar qualidade, inovação e acesso. Ignorar esse equilíbrio pode significar agravar um problema que já preocupa todo o sistema educacional: a falta de professores nas salas de aula.

ESTUDANTES DA EAD ALERTAM PARA IMPACTOS DA PRESENCIALIDADE OBRIGATÓRIA NAS LICENCIATURAS

Na avaliação de Cristiane Soares Culura, a decisão do Conselho Nacional de Educação de estabelecer a obrigatoriedade de pelo menos 50% de atividades presenciais nos cursos de licenciatura, por meio da Resolução nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação, gerou forte preocupação entre estudantes da educação a distância em todo o país.

Segundo ela, muitos alunos escolhem a modalidade EAD justamente por precisarem conciliar os estudos com trabalho, família e outras responsabilidades. Por isso, quando uma medida desse porte é adotada sem a apresentação de evidências claras de que o aumento da presencialidade melhora efetivamente a qualidade da formação, surge entre os estudantes a sensação de que a realidade de quem estuda a distância não foi devidamente considerada.

Cristiane destaca que, para milhares de alunos, especialmente aqueles que vivem longe dos polos de ensino ou que têm jornadas de trabalho rígidas, a exi-



Cristiane Soares

Estudante de Pedagogia e integrante do Diretório Central dos Estudantes (DCE)



Gemini IA

“ O fato de o próprio Conselho Nacional de Educação discutir agora a possibilidade de reduzir a exigência para 40% ou 30% de presencialidade reforça, segundo a estudante, a percepção de que a decisão inicial pode ter sido tomada de forma precipitada ou sem debate suficiente com a comunidade acadêmica ”

gência pode representar dificuldades adicionais para continuar a graduação. Em alguns casos, afirma, a medida pode até aumentar o risco de abandono dos cursos.

O fato de o próprio Conselho Nacional de Educação discutir agora a possibilidade de reduzir a exigência para 40% ou 30% de presencialidade reforça, segundo a estudante, a percepção de que a decisão inicial pode ter sido tomada de forma precipitada ou sem debate suficiente com a comunidade acadêmica. Para ela, políticas educacionais precisam ser construídas com base em pesquisa, diálogo com universidades, especialistas e, principalmente, com os próprios estudantes.

Outro ponto que, na avaliação de Cristiane, não teria sido devidamente considerado é o cenário atual da formação docente no Brasil. O país já enfrenta dificuldades para formar professores em diversas áreas e regiões, e medidas que dificultem a formação de novos profissionais podem agravar ainda mais esse quadro.

Ela também aponta preocupação com o impacto da medida em instituições públicas que atuam fortemente na modalidade a distância, como a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Segundo Cristiane, o modelo da universidade foi estruturado justamente para atender estudantes de diferentes regiões por meio de polos distribuídos. Uma exigência elevada de presencialidade pode tornar difícil ou até inviável a oferta de licenciaturas dentro desse formato.

Diante desse cenário, a presidente do diretório central de estudantes levanta um questionamento que considera legítimo: se foi prudente adotar uma decisão dessa magnitude sem um debate mais amplo com professores, pesquisadores da área, instituições de ensino e estudantes.

Para ela, quando políticas educacionais acabam criando obstáculos à formação de professores, de-

sestimulando estudantes e reforçando preconceitos contra a educação a distância, o risco é ampliar um problema que já preocupa o país: a falta de docentes em diversas cidades e regiões.

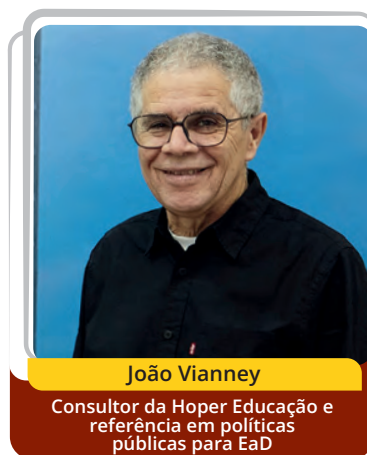
Cristiane defende que a educação a distância já demonstrou ser uma ferramenta importante de acesso, inclusão e formação de qualidade. O que os estudantes esperam, afirma, é um debate sério sobre qualidade na educação, mas sem deslegitimar a EAD e sem criar barreiras que impeçam milhares de pessoas de se tornarem professores e transformarem suas próprias trajetórias por meio da educação.

RIGIDEZ NAS LICENCIATURAS PODE APROFUNDAR APAGÃO DE PROFESSORES

Para o jornalista e especialista em educação João Vianney, o debate sobre a obrigatoriedade de 50% de presencialidade nos cursos de licenciatura precisa considerar a realidade concreta da formação de professores no país. A regra foi estabelecida pela Resolução nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação e se soma às mudanças trazidas pelo novo marco regulatório da educação a distância. Embora a intenção de garantir qualidade seja legítima, a aplicação prática da norma revela desafios significativos, especialmente para universidades públicas estaduais e municipais que atuam na formação docente em larga escala.

Na avaliação de Vianney, os impactos começaram a aparecer justamente quando as instituições passaram a implementar a norma. Universidades que utilizam modelos semipresenciais ou a distância para chegar a regiões onde não há oferta presencial enfrentam dificuldades logísticas, acadêmicas e financeiras para cumprir a exigência de metade da carga horária presencial. Muitas dessas instituições atuam em dezenas ou centenas de cidades, frequentemente distantes de seus campi principais, o que exigiria a contratação de novos professores ou deslocamentos constantes de docentes para polos espalhados pelo interior.

Esse cenário se torna ainda mais preocupante quando se observam os dados do próprio sistema educacional brasileiro. Levantamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira apontam que há uma lacuna significativa na formação docente. Em 2021, cerca de 40,1% das funções docentes nos anos finais do ensino fundamental e 34,2% no ensino médio eram ocupadas por profes-



João Vianney

Consultor da Hoper Educação e referência em políticas públicas para EaD

“ *A exigência elevada de presencialidade pode comprometer justamente essa capilaridade. Instituições que atuam em centenas de polos podem não ter condições de manter cursos se forem obrigadas a oferecer aulas presenciais em larga escala em cada localidade.* ”

sores sem formação adequada na área em que lecionavam. Para Vianney, esses números mostram que o país enfrenta um problema estrutural de escassez de professores qualificados — e não o contrário.

Outro aspecto destacado por ele é a distribuição geográfica da formação docente. Segundo estudos do INEP, formar professores apenas nas capitais e grandes centros não resolve o problema, já que a maioria dos profissionais permanece trabalhando nas regiões onde se formou. Isso significa que a formação precisa ocorrer também no interior do país, perto das comunidades onde existe a carência de docentes. Nesse contexto, a educação a distância e os modelos híbridos se tornaram instrumentos fundamentais para ampliar o acesso à formação superior.

A exigência elevada de presencialidade pode comprometer justamente essa capilaridade. Instituições que atuam em centenas de polos podem não ter condições de manter cursos se forem obrigadas a oferecer aulas presenciais em larga escala em cada localidade. Em alguns casos, isso exigiria a contratação de professores especializados em cidades onde simplesmente não existem profissionais com a titulação necessária para lecionar no ensino superior.

O impacto também se estende ao setor privado de educação superior. Levantamentos do setor indicam que muitos polos de educação a distância operam com número reduzido de estudantes. Com a exigência de presencialidade elevada, diversos cursos deixam de ser viáveis economicamente. Projeções baseadas no Censo da Educação Superior apontam que mais de 80% dos polos de EAD podem perder condições de ofertar licenciaturas, especialmente cursos como pedagogia e educação física, que hoje concentram grande parte das matrículas na modalidade a distância.

Para Vianney, o resultado pode ser uma redução significativa da oferta de cursos de formação de professores justamente nas regiões que mais precisam

deles. Esse cenário também preocupa universidades públicas vinculadas ao programa Universidade Aberta do Brasil, que historicamente ampliou o acesso ao ensino superior em cidades onde não há campus universitário. Dificuldades orçamentárias e novas exigências regulatórias já levaram à suspensão da abertura de novas licenciaturas em alguns períodos recentes.

Outro ponto levantado no debate diz respeito ao estágio supervisionado e à curricularização da extensão. Na avaliação de especialistas do setor, a formação docente pode ser enriquecida quando reconhece atividades pedagógicas diversas, como planejamento de aulas, elaboração de materiais didáticos, participação em projetos comunitários e atuação em espaços educativos não formais. Uma abordagem mais flexível permitiria que estudantes trabalhadores conseguissem conciliar a formação acadêmica com suas atividades profissionais.

Diante desse cenário, Vianney defende que o debate sobre as diretrizes das licenciaturas precisa buscar equilíbrio entre qualidade acadêmica e viabilidade de oferta. Para ele, garantir bons professores é essencial para melhorar a educação básica, mas isso exige políticas que ampliem — e não restrinjam — a formação docente.

A revisão das normas, atualmente em discussão no Conselho Nacional de Educação, pode ser uma oportunidade para ajustar o modelo. Segundo o especialista, o objetivo deve ser assegurar qualidade na formação sem comprometer a capacidade das universidades de chegar às regiões que mais precisam de novos professores. Caso contrário, o país corre o risco de aprofundar um problema que já se desenha no horizonte da educação brasileira: o apagão de docentes.



Gemini IA

PRESENCIALIDADE OBRIGATÓRIA NAS LICENCIATURAS PODE AGRAVAR ESCASSEZ DE PROFESSORES, AVALIA ESPECIALISTA

Na avaliação de Ricardo Holz, a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que reformulou as Diretrizes Curriculares Nacionais das licenciaturas e estabeleceu que pelo menos 50% da carga horária dos cursos de formação de professores seja presencial, representa



Ricardo Holz

Administrador público e Fundador da ABE - Associação Brasileira dos Estudantes de EAD

um retrocesso na política educacional brasileira e deveria ser revista com urgência. Para ele, em vez de ampliar o acesso à formação docente, a medida cria novas barreiras justamente em um momento em que o país enfrenta escassez de profissionais na educação básica.

Holz argumenta que o debate precisa considerar o contexto real da educação brasileira. O país já convive com o risco de um verdadeiro “apagão de professores”. Estudos apontam que o Brasil pode chegar a um déficit de até 235 mil docentes na educação básica até 2040, resultado do envelhecimento da categoria, da baixa atratividade da carreira e da queda no número de jovens interessados em cursos de licenciatura.

Nesse cenário, restringir a expansão da educação a distância tende a ser uma estratégia contraproducente. Segundo ele, a EAD se consolidou, ao longo da última década, como um dos principais mecanismos de ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes que trabalham, vivem em regiões afastadas ou não têm condições de frequentar aulas presenciais diariamente. Ao exigir que metade da carga horária seja presencial, a resolução reduz drasticamente a flexibilidade que permitiu a milhares de estudantes ingressar em cursos de formação docente.

O especialista também chama atenção para o fracasso no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. A meta 15 previa que todos os professores da educação básica tivessem formação superior adequada até 2024. No entanto, os dados mostram que o país ainda está distante desse objetivo. Em algumas etapas da educação básica, pouco mais de 60% a 70% dos docentes possuem formação adequada na área em que lecionam, o que revela a dimensão do desafio educacional.

Além disso, a realidade das escolas públicas evidencia um quadro ainda mais preocupante: um em

cada três professores leciona disciplinas para as quais não possui formação específica. Para Holz, esse cenário reforça a urgência de ampliar — e não restringir — as oportunidades de formação docente.

Outro ponto crítico, segundo ele, é a diversidade territorial do país. A exigência de alta presencialidade ignora as desigualdades regionais e socioeconômicas do Brasil. Em muitas cidades do interior, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a educação a distância é frequentemente a única alternativa viável para que profissionais em atividade ou estudantes de baixa renda consigam cursar uma licenciatura.

Na avaliação do especialista, a resolução parte de um diagnóstico equivocado. “O problema da educação brasileira não é o excesso de formação de professores, mas exatamente o contrário: a falta de profissionais qualificados e a dificuldade de atrair novos docentes para a carreira”, argumenta.

Para enfrentar esse desafio, Holz defende que uma política educacional mais racional deveria priorizar três eixos principais: ampliar o acesso à formação de professores, flexibilizar modelos pedagógicos com uso de tecnologia e garantir avaliação e regulação de qualidade independentemente da modalidade de ensino.

“O problema da educação brasileira não é o excesso de formação de professores, mas exatamente o contrário: a falta de profissionais qualificados e a dificuldade de atrair novos docentes para a carreira.”

Na prática, afirma, ao priorizar a presencialidade obrigatória, a resolução corre o risco de produzir o efeito oposto ao pretendido: reduzir a formação de novos professores justamente quando o país mais precisa deles. Para o especialista, em vez de limitar a educação a distância, o Brasil deveria utilizá-la como ferramenta estratégica para enfrentar o déficit docente, democratizar o acesso à formação superior e acelerar o cumprimento das metas educacionais nacionais.

Estresse na adolescência causa alterações duradouras no cérebro e **umenta risco de transtornos**, aponta estudo da USP

Um estudo da Universidade de São Paulo revela que o estresse severo ou trauma vivenciado durante a adolescência provoca alterações permanentes no córtex pré-frontal, região do cérebro responsável pelo controle emocional e funções cognitivas. A pesquisa, publicada na revista *Cerebral Cortex*, sugere que essas mudanças podem estar associadas ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos como esquizofrenia e depressão.

Adolescência: período crítico

Segundo os pesquisadores, o cérebro adolescente é mais vulnerável ao estresse do que o adulto. Durante essa fase, traumas desregulam o equilíbrio entre neurônios excitatórios e inibitórios, comprometendo a estabilidade funcional do órgão. “Estudos epidemiológicos já indicavam maior impacto do estresse nessa fase. Comprovamos que ele causa desequilíbrio na comunicação entre células cerebrais e que o cérebro adolescente ainda não possui proteção suficiente contra esses efeitos”, explica Felipe Gomes, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) e coordenador do estudo.

Para investigar os efeitos do estresse, ratos foram submetidos por dez dias a choques nas patas e restrição de movimento, em dois grupos: adolescentes (31 a 40 dias de vida) e adultos (65 a 74 dias). Nos adolescentes, o estresse aumentou persistentemente a atividade dos neurônios excitatórios e alterou o funcionamento dos inibitórios, provocando um desequilíbrio prolongado, como se o cérebro estivesse “acelerado, sem freio funcionando”.

Nos adultos, o impacto foi temporário, permitindo a recuperação do equilíbrio neural após o período de estresse. Além disso, nos ratos adolescentes houve redução duradoura das oscilações gama, essenciais para atenção e memória de trabalho, enquanto nos adultos as oscilações teta se restabeleceram rapidamente.

Implicações para saúde mental

Estudos anteriores do grupo já mostraram que o estresse na adolescência pode gerar comportamentos semelhantes aos observados em esquizofrenia, enquanto no adulto tende a induzir sintomas mais próximos da depressão. Cerca de 40% dos genes de risco para esquizofrenia também se relacionam à depressão, reforçando a hipótese de que a idade em que o trauma ocorre influencia o tipo de transtorno desenvolvido.

“Um indivíduo geneticamente vulnerável pode desenvolver esquizofrenia se exposto a traumas na adolescência, enquanto o mesmo trauma na vida adulta pode resul-



tar em depressão. Esses dados reforçam a importância de estratégias preventivas voltadas aos jovens, especialmente os mais vulneráveis emocionalmente”, afirma Gomes.

Prevenção e cuidados

Os pesquisadores destacam que compreender esses mecanismos neurais ajuda a criar políticas de prevenção e intervenção precoce. “A adolescência é um período crítico para o desenvolvimento cerebral e emocional. Monitoramento, apoio psicológico e ambientes de aprendizagem saudáveis são fundamentais para reduzir os efeitos adversos do estresse”, afirma Flávia Alves Verza, pós-doutoranda da USP e colaboradora do estudo.

O estudo contribui para aprofundar o entendimento sobre como experiências adversas impactam a saúde mental a longo prazo, oferecendo bases para novas abordagens terapêuticas e programas de prevenção para adolescentes em situação de risco.

Estado de São Paulo ganha quatro Fatecs e uma Etec para ampliar ensino tecnológico e técnico

O Governo do São Paulo anunciou a criação de quatro novas Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e uma Escola Técnica Estadual (Etec), ampliando a oferta de ensino público gratuito voltado à formação profissional. A medida foi oficializada por decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas e publicado no Diário Oficial do Estado na última quarta-feira (11).

As novas unidades passam a integrar a rede administrada pelo Centro Paula Souza, responsável pela gestão do ensino tecnológico e técnico estadual. Com a ampliação, a instituição passa a administrar 87 Fatecs e 229 Etecs em todo o estado, reforçando o acesso à educação profissional e tecnológica para milhares de jovens.

A iniciativa busca aproximar a formação educacional das demandas do mercado de trabalho, principalmente em áreas ligadas à tecnologia, inovação e indústria.

Novas unidades em diferentes regiões

As Fatecs criadas estão localizadas nos municípios de Ilha Solteira, Paulínia e Suzano, que já iniciaram atividades neste primeiro semestre de 2026, além de uma unidade em Limeira, cuja implantação está prevista para 2027. Já a nova Etec foi criada em Boituva, no interior paulista.

Segundo o governo estadual, a expansão reforça a política de interiorização do ensino técnico e tecnológico, ampliando oportuni-

dades educacionais fora dos grandes centros.

Cursos voltados às áreas tecnológicas

As novas unidades oferecem cursos ligados à tecnologia e à indústria. Em Ilha Solteira, há o curso de Desenvolvimento de Software Multiplataforma; em Paulínia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas; e em Suzano, Gestão da Produção Industrial e Redes de Computadores. A Fatec de Limeira deverá oferecer cursos em Inteligência Artificial e Mecatrônica Industrial.

Nova Etec amplia ensino técnico na região de Sorocaba

A Etec Vereador Valdivino Antônio Marcusso, em Boituva, amplia a oferta de ensino técnico na Região Metropolitana de Sorocaba. O vestibulinho de 2026 ofereceu 105 vagas para Ensino Médio integrado ao técnico em Administração, Desenvolvimento de Sistemas no modelo AMS e o curso técnico em Turismo Receptivo.

Expansão acompanha demanda por mão de obra qualificada

Segundo o Centro Paula Souza, as Fatecs formam cerca de 15 mil tecnólogos por ano, com alta empregabilidade. A expansão busca preparar profissionais para áreas como tecnologia da informação, indústria 4.0 e turismo, alinhando a formação às demandas do mercado. O governo estadual, liderado por Tarcísio de Freitas, também prevê investimentos em infraestrutura, equipamentos e contratação de professores.



Divulgação

Alunos do 9º ano em SP têm melhor desempenho em língua portuguesa dos últimos três anos, aponta Saesp

O desempenho dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em língua portuguesa apresentou avanço significativo na rede estadual de ensino do São Paulo. De acordo com dados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saesp) 2025, a média de proficiência chegou a 243 pontos, o melhor resultado registrado nas últimas três edições da avaliação.

Os números indicam uma recuperação consistente do aprendizado após os impactos provocados pela pandemia, consolidando uma tendência de crescimento nos indicadores educacionais da rede pública paulista.

Crescimento em relação aos anos anteriores

Na comparação com 2023, a média dos estudantes do último ano do Ensino Fundamental aumentou 8,6 pontos na disciplina. O avanço também foi observado em outras etapas da educação básica: os alunos do 2º e do 5º ano também registraram melhora nas médias em língua portuguesa.

Segundo o secretário da Educação do estado, Renato Feder, o resultado é fruto de uma série de mudanças implementadas pela rede estadual com foco nas disciplinas consideradas essenciais para a formação dos estudantes.

Entre as medidas adotadas estão a ampliação da carga horária de português e matemática — que chegou a crescer até 78% — além da reorganização da grade curricular e da implantação de programas de tutoria e recuperação de aprendizagem para alunos com maiores dificuldades.

Mais alunos nos níveis mais altos de aprendizagem

Além da melhora nas notas médias, o levantamento aponta crescimento no percentual de estudantes que atingem níveis mais elevados de proficiência.

Em 2023, cerca de 20,6% dos alunos estavam classificados nos níveis “adequado” ou “avançado” na escala de aprendizagem do Saesp. Já na edição de 2025, esse percentual subiu para 29,2%, indicando que um número maior de estudantes está alcançando patamares considerados satisfatórios de desempenho.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental também houve progresso. No 2º ano, etapa considerada funda-



Divulgação/Governo de SP

mental para a alfabetização, aproximadamente quatro em cada cinco estudantes já demonstram domínio da leitura e da escrita.

Frequência escolar também contribui para resultados

Outro fator apontado pela Secretaria da Educação como determinante para a melhoria no desempenho foi o aumento da presença dos alunos nas escolas. Em 2025, a rede estadual atingiu média de frequência de 91%, índice 13 pontos percentuais superior ao registrado no primeiro ano da atual gestão, em 2023.

Na prática, isso significa que nove em cada dez estudantes frequentam as aulas diariamente, fator considerado essencial para a consolidação da aprendizagem.

Avanços em outras áreas da educação

Os resultados do Saesp também mostram evolução no desempenho em matemática. Em 2025, o estado registrou o melhor resultado da série histórica na disciplina para os anos do Ensino Fundamental.

Além disso, programas educacionais implementados pela Secretaria da Educação, como o Prontos pro Mundo, e a ampliação do Ensino Médio Técnico têm sido apontados como estratégias para fortalecer a aprendizagem, ampliar oportunidades e incentivar o protagonismo estudantil.

De acordo com a pasta, os avanços refletem um conjunto de políticas públicas baseadas em recomposição de aprendizagem, gestão educacional orientada por dados e ampliação de oportunidades para os estudantes da rede estadual paulista.

USP lança novo curso de Engenharia Eletrônica e Sistemas Computacionais com foco em IA e semicondutores

A Universidade de São Paulo (USP) vai oferecer, a partir de 2027, o curso de Engenharia Eletrônica e Sistemas Computacionais na Escola Politécnica (Poli), no campus do Butantã, capital paulista. Com oferta anual de 56 vagas, a graduação surge a partir da separação de uma ênfase da Engenharia Elétrica, visando atender à demanda crescente por profissionais especializados em semicondutores, chips e inteligência artificial (IA).

Currículo integrado à prática

Segundo Gustavo Pamplona, professor da Poli, o curso foi estruturado para “motivar os alunos a desenvolverem projetos de engenharia ligados à sociedade”, integrando teoria e prática desde o primeiro ano. O currículo prevê fundamentos sólidos em matemática, física e computação, combinados com Projetos Integrativos Extensionistas, que desafiam os estudantes a criar soluções para problemas reais, como sistemas de alerta para desastres naturais e iniciativas de cidades inteligentes.

Nos últimos dois anos da graduação, os alunos poderão escolher trilhas de especialização em áreas estratégicas: Inteligência Artificial, Semicondutores e

Chips, Sistemas Embarcados, Comunicações e Processamento de Sinais.

Projetos que conectam tecnologia e sociedade

O curso prioriza o aprendizado aplicado. Um exemplo é o tracker biaxial, dispositivo criado para acompanhar o movimento do Sol em dois eixos, ajustando automaticamente a placa solar em dias nublados. Outro projeto de destaque é o monitoramento do Riacho Doce, na comunidade de São Remo, que utiliza sensores e dados meteorológicos para prevenir enchentes e reduzir riscos à população.

Pamplona destaca que o novo curso representa uma modernização no ensino de engenharia, unindo excelência técnica e impacto social. “O desenvolvimento de projetos e a dimensão prática são essenciais para a formação do engenheiro”, afirma.

A criação do curso foi aprovada pelo Conselho Universitário da USP em 16 de dezembro de 2025, e as inscrições para o vestibular de 2026 permitirão o ingresso de novos estudantes já no próximo ano letivo.

Divulgação



Plataformas digitais como Matific e TarefaSP impulsionam desempenho de estudantes de SP no Saresp

O uso de tecnologia na educação tem se mostrado determinante para a melhora do desempenho dos estudantes da rede estadual de ensino do São Paulo. Em 2025, os cerca de 3 milhões de alunos superaram 2,5 bilhões de atividades em plataformas educacionais disponibilizadas gratuitamente pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), integradas ao programa Sala do Futuro, que conecta o ensino presencial à inovação tecnológica e apoio pedagógico digital.

Tecnologia a serviço da aprendizagem

Os estudantes têm acesso a até oito plataformas digitais que complementam o trabalho dos professores em sala de aula. Entre elas estão ferramentas de gamificação para matemática, lições de casa com apoio de inteligência artificial, leitura de obras literárias, aulas de inglês e formação em tecnologia. As plataformas permitem personalização do aprendizado, identificação de lacunas de conhecimento e acompanhamento detalhado do progresso individual.

Destaque para a Matific, plataforma australiana premiada internacionalmente, utilizada por mais de 1,8 milhão de estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A ferramenta utiliza jogos interativos e recursos de gamificação para tornar o aprendizado lúdico, alinhado à Base Nacional Comum



Resultados expressivos no Saresp

O impacto dessas ferramentas é evidente nos números oficiais. No Ensino Fundamental, a rede estadual atingiu em 2025 o melhor desempenho histórico em matemática, com destaque para o 9º ano, que obteve 260,3 pontos no

Curricular (BNCC) e focado na compreensão conceitual da matemática. No ano passado, a Matific conquistou o prêmio Global EdTech Prize, categoria Grandes Empresas, consolidando sua importância no cenário internacional de educação digital.

“Disponibilizamos aos nossos alunos a melhor plataforma do mundo para o aprendizado de matemática, garantindo um padrão de ensino próximo ao das escolas particulares. Já expandimos a Matific para 275 prefeituras paulistas em parceria com redes municipais”, afirma o secretário da Educação, Renato Feder.

Outra plataforma estratégica é a TarefaSP, voltada para lições de casa do 6º ano do Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, atendendo cerca de 2,5 milhões de estudantes. A ferramenta permite que professores monitorem quais alunos realizaram as atividades, identifiquem erros e acertos, e ajustem as estratégias pedagógicas de acordo com as necessidades de cada turma, integrando dados à avaliação bimestral Prova Paulista.

Saresp, um aumento de 11,8 pontos em relação a 2024. Em língua portuguesa, o 9º ano retomou, pela primeira vez em seis anos, o nível pré-pandemia, com média de 243 pontos.

A Escola Estadual Oscar Blois, localizada no bairro Jaraguá, exemplifica o uso eficaz da tecnologia em conjunto com estratégias pedagógicas de recomposição da aprendizagem. A diretora Maria Aparecida Modolo Ferreira relata que, desde 2023, a implantação das plataformas digitais, combinada com ações como “estações por rotação” em matemática e aulas de orientação de estudos, resultou em um aumento de 29% na proficiência do 9º ano em matemática, atingindo 310,4 pontos.

“A tecnologia permite que os professores acompanhem o desempenho de cada aluno e adaptem a aprendizagem às necessidades individuais. Além disso, apresentamos os resultados diretamente para os estudantes, criando engajamento e senso de responsabilidade pelo próprio aprendizado”, explica a diretora.

TODOS PELA EAD:

Educação é direito, não privilégio!

Estão querendo acabar com a EAD e você pode parar isso!

Assine a petição e ajude a garantir que milhares de estudantes continuem seus estudos através do Ensino a Distância.

www.todospelaead.com.br



TELEMEDICINA NA PALMA DA SUA MÃO



Acesso rápido a médicos qualificados, 100% online, sem filas e sem sair de casa

- ✓ Atendimento 24h por dia
- ✓ Clínico geral + especialistas
- ✓ Receita e atestado
- ✓ Sem carência
- ✓ Sem limite de uso



Plano Anual
99,00 à vista
Menos de 9,00 por mês

**O ANO TODO
24h POR DIA
7 DIAS POR SEMANA!**

Mais de 30 especialidades médicas:

Cardiologia
Cirurgia Geral
Cirurgia Plástica
Cirurgia Vascular
Coloproctologia
Dermatologia
Endocrinologia
Metabologia
Gastroenterologia
Geriatria
Ginecologia e Obstetrícia
Hematologia

Mastologia
Medicina da Família
Neurocirurgia
Neurologia
Nutrologia
Oftalmologia
Ortopedia
Otorrinolaringologia
Pneumologia
Psiquiatria
Radiologia
Reumatologia

Oftalmologia
Ortopedia
Urologia
Pediatria
Dermatologia Pediátrica
Gastroenterologia
Pediátrica
Hematologia Pediátrica
Nefrologia Pediátrica
Homeopatia Pediátrica
Neonatologia
Pneumologia Pediátrica

☎ 11 **91225-3737**

🌐 www.abesaudelp.com.br